

OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO NO ENTORNO DO ESPAÇO CULTURAL BARROQUINHA, SALVADOR-BA: ANÁLISE SOBRE ACESSIBILIDADE PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Ana Cecília Chaves Silva¹

Patrícia Dorneles²

Marina Helena Chaves Silva³

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar uma parte da monografia de final de curso de especialização em Acessibilidade Cultural, promovido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em parceria com o Ministério da Cultura. Este trabalho pretende problematizar a questão das obras no entorno do Espaço Cultural Barroquinha, situado no Centro Histórico de Salvador (BA). Como questão principal se as mesmas atendem aos critérios de acessibilidade necessárias para que as pessoas com deficiência possam desfrutar do direito à cultura. Para tanto, o trabalho apresenta uma contextualização e atualização das legislações vigentes de Patrimônio Cultural e Acessibilidade, um panorama histórico sobre o bairro da Barroquinha, pontuando a direito cidade e situando os mais pobres e as pessoas com deficiência; e por fim apresentação do Espaço Cultural Barroquinha e avaliação de acessibilidade da Ladeira da Barroquinha.

Palavras-chave: pessoa com deficiência, acessibilidade, patrimônio histórico, direito à cidade.

Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar os resultados da avaliação de acessibilidade no entorno da Igreja da Barroquinha. Para isso, foi utilizado parte do instrumento desenvolvido pelo Núcleo de Design Gráfico Ambiental (NDGA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A metodologia adotada foi de base qualitativa, tendo em vista tratar-se de um estudo que envolve subjetividades. Nesse caso, foi importante identificar os “significados” produzidos ao longo dos anos, sobre o direito à cidade, patrimônio, acessibilidade. Lüdke; André (2008 apud BARBOSA, 2008, s/p), ao tratar da metodologia qualitativa, identificam cinco características básicas dessa metodologia: 1) “A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento”; 2) “Os dados

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenadora Executiva do Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural. E-mail: cecilia.ufrj@gmail.com

² Universidade Federal do Rio de Janeiro. Superintendente de Difusão Cultural do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ. Coordenadora do Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural. Professora Adjunta do Departamento de Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina da UFRJ. E-mail: patricia.dorneles.ufrj@gmail.com

³ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Coordenadora do Núcleo de Ações Inclusivas para Pessoas com Deficiência da UESB. Coordenadora do Núcleo de Estudos sobre a Deficiência, Acessibilidade. Professora Titular do Departamento de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: marina_helenasilva@hotmail.com

são predominantemente descritivos”; 3) “A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto”; 4) “O ‘significado’ que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial do pesquisador”; 5) “A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo”.

O Estudo de Caso foi o procedimento metodológico adotado, tendo em vista o nosso foco de investigação se prendeu a uma particularidade, no intuito de apreender a totalidade de uma situação para descrever a complexidade de um caso concreto (Goldenberg, 2004, p. 33).

A produção de dados envolveu reportagens publicadas em revistas, artigos e livros que tratam do Centro Histórico de Salvador e sobre a Barroquinha. Fizemos uma visita *in loco* ao espaço cultural e também entrevistamos o seu gestor, Chicco Assis, no intuito de conhecer as atividades que estavam sendo ali desenvolvidas.

Patrimônio Histórico e acessibilidade

No rol dos direitos fundamentais e de cidadania, encontra-se o direito de acesso à cultura. Com base nessa afirmação, podemos entender que todos os indivíduos devem ter acesso aos bens culturais que são produzidos pela sociedade. Essa afirmação tem como base a Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988), um marco, se considerarmos todas as anteriores. Consta no art. 215, caput, da nossa Carta Magna: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações Culturais”. São direitos culturais “aqueles direitos que o indivíduo tem em relação à cultura da sociedade da qual faz parte, que vão desde o direito à produção cultural, passando pelo direito de acesso à memória histórica” (FERNANDES, s/d, p. 4)

Como produtor de cultura, o ser humano é herdeiro de um grande acervo que exigiu dos legisladores criarem dispositivos para garantir sua proteção e conservação. Eles são reconhecidos pelo nome de patrimônio. Conjunto de bens materiais e imateriais que retratam a história de um povo e sua relação com o meio ambiente. Trata-se do legado produzido no passado, ao qual somos herdeiros e responsáveis por transmiti-los às próximas gerações. O art. 216 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) assim descreve o patrimônio cultural:

[...] os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Segundo Fernandes, todo esse legado é a expressão maior da cidadania, a qual tem direito a criança, o adolescente, o idoso e as pessoas com deficiência, conforme consta no Art. 227 do capítulo V da Constituição Federal: DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO, base também para o “Estatuto da Criança e do Adolescente” (Lei nº. 8.060/90) e o “Estatuto do Idoso” (Lei n. 10.741, de 2003):

...ao tratar do dever da família, da sociedade e do Estado de assegurar à criança e ao adolescente direitos básicos ao seu desenvolvimento integral como pessoa, elenca entre esses direitos o direito à cultura. Este mesmo dispositivo constitucional encontra-se consagrado no “Estatuto da Criança e do Adolescente” (Lei nº. 8.060/90). O “Estatuto do Idoso” prevê, em seus arts. 20 e 23, o exercício dos direitos culturais a esse segmento da população (Lei n. 10.741, de 2003). Mais recentemente, a Emenda Constitucional n. 65/2010, ao modificar o art. 227, ampliou os direitos culturais ao segmento jovem do País. (apud FERNANDES, s/d, p. 5)

Quanto às pessoas com deficiência, vejamos o que está estabelecido no Capítulo IX - Do Direito à Cultura, ao Esporte, ao Turismo e ao Lazer - do Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015): “Art. 42. A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas”.

Uma das maiores dificuldades enfrentadas nas cidades históricas é acessibilizar suas edificações, tendo em vista que a preservação e proteção do patrimônio cultural é uma determinação constitucional, conforme art. 216, §1º e §4º, da Constituição Federal (BRASIL, 1988):

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

Já o art. 17 do Decreto nº 25/1937 (BRASIL, 1937), que criou o instituto do tombamento no Brasil determina que “as coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas (...)”.

O impasse fica ainda maior porque a mesma Constituição Federal garante o direito de todos à igualdade sem distinção de qualquer natureza. Acontece que muitas edificações de uso público (aquelas administradas por entidades da administração pública, direta e indireta, ou por empresas prestadoras de serviços públicos e destinados ao público em geral) estão em Centros Históricos e são bem tombados pelos órgãos de patrimônio cultural, ou seja, possuem várias restrições quanto à modificação em suas estruturas.

Ferreira (2011) pondera, ao defender as intervenções arquitetônicas que promovam o acesso das pessoas com deficiência, ao ressaltar que as alterações agregam valor aos bens imóveis:

...intervir no Patrimônio de modo a garantir a acessibilidade é sem dúvida acrescentar um novo valor, uma nova dimensão ao patrimônio cultural. Valor este nascido a partir do desenvolvimento social e fruto de movimentos mundiais pela busca de direitos básicos e pela não discriminação da pessoa com deficiência ou de qualquer pessoa.

Em 25 de novembro de 2003 o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) publicou a Instrução Normativa nº 1 (BRASIL, 2003) que dispõe sobre a acessibilidade em bens tombados em nível Federal, estabelecendo que:

...diretrizes, critérios e recomendações para a promoção das devidas condições de acessibilidade aos bens culturais imóveis especificados nesta Instrução Normativa, a fim de equiparar as oportunidades de fruição destes bens pelo conjunto da sociedade, em especial pelas pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Porém, o IPHAN deixa bem claro que todas as propostas de intervenção sejam realizadas caso a caso, a partir de avaliações espaciais e estruturais, respeitando-se como limite os valores do patrimônio e a sua integridade.

Adaptações pontuais não garantem a circulação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Alterações na legislação de patrimônio cultural são importantes para que essas pessoas tenham seu direito garantido. Ampliando não só o acesso da população local como, também, turistas. Em 2012, foi instituída a Lei da Política Nacional de Mobilidade Urbana (BRASIL, 2012), cujo principal objetivo é “contribuir para o acesso universal à cidade”. A lei nº 12.587 incentiva a integração das políticas públicas e a promoção de uma cidade socialmente inclusiva e voltada para a recuperação e conservação do habitat.

Outra ação que merece destaque foi o lançamento, em 2014, do Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (PAC Cidades Históricas). O maior investimento do IPHAN em toda sua história, mobilizando “seus melhores esforços para oferecer às gerações atual e futuras, ambientes urbanos mais humanos e respeitosos para com os valores culturais, preservando bens que caracterizam a nossa cultura e conferem ao Brasil uma diversidade de Identidades única em todo mundo” (Jurema Machado). Nota-se um movimento global em acessibilizar os patrimônios culturais, dinamizando as cidades e dando igualdade de oportunidades.

Adaptar as cidades é antes de um tudo um benefício não somente para as pessoas com deficiência como para todos os usuários do patrimônio cultural (Ferreira, 2011). É importante tratar aqui, também, do Plano Nacional de Cultura - PNC (BRASIL, 2011), lançado em

dezembro de 2011, que na sua meta de nº 29 prevê que “100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais atendendo aos requisitos legais de acessibilidade e desenvolvendo ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência”.

Direito à cidade, direito à mobilidade: situando os mais pobres e as pessoas com deficiência

Soares (2009) enfatiza que a cidade contemporânea, enquanto produto do capitalismo, se constitui como lugar em que são demarcadas a riqueza e a pobreza, onde a luta de classe se manifesta de forma implacável nas relações de trabalho e exploração, bem como na maneira em que é gestada a apropriação do espaço urbano. Sobre Salvador, ressalta que: “enquanto metrópole do capitalismo periférico serve como referência para analisarmos como a desigualdade social se territorializa no tecido urbano” (SOARES, 2009, p. 84).

A urbanização, em sua tendência atual, tem modificado o estilo de vida das pessoas, à medida que, na atual conjuntura econômica, tudo é transformado em mercadoria, a exemplo da própria cidade, “num mundo onde o consumismo, o turismo e a indústria da cultura e do conhecimento se tornaram os principais aspectos da economia política urbana (HARVEY, 2009, p. 81).

Porém, o direito à cidade envolve também, a mobilização, o direito de ir e vir de todas as pessoas. Todavia, no Brasil, assim como nos demais países pobres, as cidades, inclusive Salvador, carecem de políticas sociais que favoreçam os menos favorecidos. Precariedade no transporte coletivo, além da falta de pavimentação urbana são frequentes, sem falar da falta de políticas de acessibilidade - entendida de forma ampla - imprescindível para garantir direitos a todos, crianças, pessoas da terceira idade, com deficiência etc.

Faleiros (apud FERRO; FONSECA, s/d) acentua que a política social não representa ajuda, piedade ou voluntariado, ela é parte do processo social que contribui para que a pessoa carente construa sua consciência política, necessária para que se reconheça como sujeito do seu próprio destino. Ao contrário do assistencialismo, a política social tem em seu cerne a função de reduzir a desigualdade. Daí ter um caráter emancipatório.

Há que se pensar, então, nas pessoas com deficiência, as quais durante longos anos ficaram privadas de direitos diversos, inclusive o de ir e vir, de trabalhar, estudar, desfrutar do lazer e de entretenimento, de praticar esportes, produzir ou fruir arte e cultura. Obstáculos diversos entravam a vida desse segmento populacional, ainda que os movimentos sociais sejam cada vez mais frequentes. Em época de neoliberalismo, a política social tem sido redimensionada em função do corte do gasto social, da desativação dos programas e a

diminuição da responsabilidade do poder público que cada vez mais retira-se do campo dos direitos sociais. (FERRO; FONSECA, s/d).

No caso dos programas de revitalização ou requalificação da cidade, as ações do Estado são justificadas em função do suposto compromisso com a sociedade e, principalmente, com os mais pobres e em estado de vulnerabilidade social. Pelo contrário, elas são reveladoras da desigualdade e, conseqüentemente, da manutenção do domínio dos mais ricos sobre os mais pobres, dos que excluem os diferentes, dentre os quais as pessoas com deficiência. O direito de mobilidade e, portanto, de ir e vir no espaço urbano está presente no Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Art. 46 - O direito ao transporte e à mobilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida será assegurado em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, por meio de identificação e de eliminação de todos os obstáculos e barreiras ao seu acesso.

§ 1º Para fins de acessibilidade aos serviços de transporte coletivo terrestre, aquaviário e aéreo, em todas as jurisdições, consideram-se como integrantes desses serviços os veículos, os terminais, as estações, os pontos de parada, o sistema viário e a prestação do serviço.

(...)

Art. 48. Os veículos de transporte coletivo terrestre, aquaviário e aéreo, as instalações, as estações, os portos e os terminais em operação no País devem ser acessíveis, de forma a garantir o seu uso por todas as pessoas.

§ 1º Os veículos e as estruturas de que trata o **caput** deste artigo devem dispor de sistema de comunicação acessível que disponibilize informações sobre todos os pontos do itinerário.

§ 2º São asseguradas à pessoa com deficiência prioridade e segurança nos procedimentos de embarque e de desembarque nos veículos de transporte coletivo, de acordo com as normas técnicas.

§ 3º Para colocação do símbolo internacional de acesso nos veículos, as empresas de transporte coletivo de passageiros dependem da certificação de acessibilidade emitida pelo gestor público responsável pela prestação do serviço.

Art. 50. O poder público incentivará a fabricação de veículos acessíveis e a sua utilização como táxis e **vans**, de forma a garantir o seu uso por todas as pessoas. (BRASIL, 2015).

Como todo ser humano, as pessoas com deficiência são dotadas de habilidades e potencialidades suficientes para que possam participar plenamente da vida social. Para isso, faz-se necessário realizar modificações urbanas que assegurem a locomoção e o usufruto do meio natural e do espaço urbano. Conforme afirma Santos (2012, p. 19), “a cidade, como um organismo vivo e dinâmico, passa a ter uma nova obrigação: a de proporcionar dignidade a este grupo de cidadãos, que antes se mantinham esquecidos em suas residências e/ou estabelecimentos médicos e assistenciais”.

A Barroquinha

Bairro central da cidade de Salvador, a Barroquinha está próxima à Praça Castro Alves, limitando-se ao norte com a Praça da Sé; ao Sul, com a Praça São Pedro; a Leste com o bairro da Saúde e a Oeste com Santa Tereza. Para chegar à Barroquinha, o principal acesso é a Avenida J. J. Seabra, que é mais conhecida como Baixa dos Sapateiros. Em meados do século XIX, o presidente da província da Bahia, Francisco Gonçalves Martins, Visconde de São Lourenço, decidiu por reurbanizar Salvador.

Na área correspondente à Barroquinha moravam os africanos, que tiveram que ser removidos para outro local. Nesse caso, os terreiros de candomblé ali localizados foram transferidos para áreas distantes do centro de Salvador. Com a reurbanização foram construídos naquela localidade a Igreja Nossa Senhora da Barroquinha e a Ladeira da Barroquinha. (SILVEIRA, 2006).

Os bairros da Barroquinha junto com o Taboão foram escolhidos estrategicamente com o propósito de serem fortalezas da nova capital. No século XVII no final da ladeira foi construído o primeiro terreiro de candomblé da Bahia, por três escravas nagô-iorubás na nação ketu, proveniente do Golfo do Benin na África, transferido posteriormente para a periferia da cidade, por conta da perseguição das autoridades religiosas católicas. No seu terreno ergueu-se a Igreja Nossa Senhora da Barroquinha, entre os idos de 1722 a 1726 e tombada em 1941, em estilo barroco e algumas características da época com terminações piramidais em padrão árabe em azul, amarelo e branco. O termo “barroquinha” advém de barroca, baixada, em referência a configuração daquele lugar. Em 1984, a igreja sofreu um incêndio que destruiu todo seu interior.

Segundo Silveira (2015, p. 80), nas primeiras décadas do século XIX, a Barroquinha figurava como um bairro de predominância negro-mestiça. “Várias personalidades importantes no universo afro-baiano residiam ou estabeleceram no bairro, ou nas suas cercanias, seus pequenos negócios. A Barroquinha daquela época era um reduto cultural africano na cidade da Bahia”.

As ruínas da Igreja da Barroquinha e seu entorno também estavam nos planos de requalificação da arquiteta Lina Bo Bardi, que em 1986 já planejava transformar o espaço em Centro Cultural, implantando uma praça e um mercado de ervas aromáticas em seu entorno, no entanto a proposta se perdeu. Em 1991 a Fundação Gregório de Mattos (FGM) desenvolve o projeto do Espaço Cultural Barroquinha (ECB), sob coordenação da arquiteta Graça Piva. Mas foi somente em 2001 que a FGM assinou contrato com a Petrobras, com base na Lei de Incentivo à Cultura, para iniciar a primeira etapa da obra. Depois de uma ampla reforma,

recuperação e restauro das ruínas o espaço foi entregue a sociedade em março de 2009. Em 2013 foi novamente fechado para novas intervenções, sendo entregue em maio de 2014.

Também em 2014 foi iniciada uma obra de requalificação na ladeira da Barroquinha, mas popularmente conhecida como Ladeira do Couro, já que no local funciona um comércio de artefatos em couro cru. Esta ladeira é um dos acessos ao ECB. Obra realizada através de uma parceria público-privada que despertou muita polêmica, tendo em vista que o que era uma ladeira foi transformado em escadaria, o que desagradou não só os comerciantes como quem frequenta o lugar. Para além da polêmica escadaria foi construída uma rampa de acesso na lateral, que não contempla todo o trecho.

Há cerca de 20 barracas, coladas uma na outra, que vende bolsas, tapetes, sandálias rasteiras, chinelos, sacolas, malas, cartucheiros, mochilas, chapéus e outras mercadorias de couro produzidas no interior do estado da Bahia, como Tucano, Feira de Santana, Jequié e Ipirá. Trata-se de um comércio popular que atrai moradores dos vários bairros de Salvador, assim como turistas provenientes de outras cidades, estados e mesmo de outros países.

Espaço Cultural Barroquinha – avaliação de acessibilidade no entorno

O Decreto nº 5296, de 2004 foi um dispositivo legal importante por regulamentar a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, bem como a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Esta última estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Nesta época, ainda se usava esta terminologia, atualmente rejeitada por esse segmento populacional, tendo em vista que implica algo que se porta e que é possível se desvencilhar logo se queira.

Desde 2006, o termo utilizado passou a ser Pessoa com Deficiência por considerar a interação entre os impedimentos (sejam sensoriais, físico, intelectual, múltiplo) e as barreiras impostas pela sociedade. (BRASIL, 2009; 2015). Acessibilidade, nesse sentido, é vital para romper todo os tipos de barreiras impostas a esse público-alvo.

Para que se compreenda a importância da acessibilidade como viabilizadora da política de inclusão social, ela abrange três princípios fundamentais para a vida humana: a autonomia, a independência e a equiparação de oportunidades. Segundo Pastore (apud CARDOSO, 2011):

- Autonomia: é a condição de domínio no ambiente físico e social, preservando ao máximo a privacidade e dignidade;
- Independência: é a faculdade de decidir sem depender de outras pessoas;
- Equiparação de Oportunidades: é o processo do qual os diversos sistemas da sociedade e do ambiente, tais como serviços, atividades, informações e documentação, são tornados disponíveis para todos.

Por ser uma área popular, iniciamos a avaliação a partir do ponto de ônibus mais próximo, situado em frente ao Cine Glauber Rocha, na Praça Castro Alves. À direita do cinema, encontra-se a Ladeira da Barroquinha. Foram esses os critérios que observados na minha avaliação: existência de desníveis, obstáculos, assim como o espaço de circulação dos transeuntes, inclusive pessoas com deficiência.

Trata-se de uma área ampla com calçamento em pedra portuguesa, em bom estado de conservação, sem obstáculos e com um desnível próprio da geografia local. Porém, se uma pessoa em cadeira de rodas for tentar acessar o Espaço Itaú de Cinema – Glauber Rocha ou a praça do cinema, terá um pouco mais de dificuldade, tendo em vista os degraus ali instalados.

Cartão Postal da cidade de Salvador, a Praça Castro Alves passou também por melhorias, como se pode observar na Figura 6. Obras de sinalização e pintura foram realizadas, além da requalificação do equipamento onde funciona o Cine Glauber Rocha – Espaço Itaú de Cinema, antes em estado de deterioração. No passado, a partir de 1920, nesse lugar funcionava o Cinema Guarani. Segundo Leal e Leal Filho (apud PENA, 2012), em 1935, Salvador possuía quatro cinemas elitizados: Liceu, Glória, Excelsior e Guarani. Próximo desse último, aliás, estava a Rua Chile, espaço frequentado também pelos mais abastados, em seu entorno, ruas que concentravam lojas, escritórios, alfaiatarias, prédios públicos, hotéis etc. As transformações ocorridas em Salvador, a partir da segunda metade do século XX, contribuiu para que o centro da cidade antigo fosse esvaziado, perdesse a importância política, comercial e social. Decisivo foi a instalação dos shopping centers, entre os quais o Iguatemi.

Descendo no sentido da Avenida Sete de Setembro, pela lateral direta do Cine Glauber Rocha, vê-se o acesso para a Ladeira da Barroquinha. A antiga Ladeira, antes iniciada por escadaria, passou a contar com uma nova topografia “resolvendo os desníveis de modo suave e empregando os materiais historicamente utilizados nos calçamentos de Salvador” (METRO Arquitetos Associados, 2013). Importante lembrar que devido aos inúmeros processos de reurbanização e requalificação do Centro Histórico já havia sido instalado degraus no topo da ladeira. Com a recente revitalização o acesso aos veículos foi fechado e os ambulantes foram retirados do local.

Segundo os seus idealizadores, o projeto da Ladeira da Barroquinha “organiza os acessos aos edifícios que se abrem para a ladeira em diferentes níveis e equaciona o comércio local e ambulante com os intensos fluxos de pedestre, que tem como destino o terminal de ônibus próximo”. Consta na reportagem, ainda que:

Através da criação de uma nova topografia, sugere percursos com velocidades diferentes e a abertura de platôs para permanência. Além da ladeira propriamente dita, agora exclusiva aos pedestres com a eliminação do acesso de veículos, o projeto integrou com os mesmos

princípios de desenho a praça contígua ao cinema, em um platô na cota superior.

Fazendo um recuo bem maior no tempo, observa-se que a Ladeira da Barroquinha possuía uma outra configuração (Figura 1), uma outra dinâmica, sem a presença das barracas de couro. O bonde sobre trilhos ocupava a parte central desse espaço, assim como da rua principal. Nessa época era pequeno o trânsito de pessoas e à esquerda não se vê o cinema Guarani. Nesse contexto, não havia lugar para as pessoas com deficiência, as quais, ficavam em sua maioria isoladas em suas residências.

FIGURA 1 – LADEIRA DA BARROQUINHA NA ÉPOCA DO BONDE SOBRE TRILHOS



Igreja Nossa Senhora da Barroquinha, em 194, vista da Praça Castro Alves.

Disponível em: <<http://www.bahia-turismo.com/salvador/igrejas/igreja-barroquinha.htm>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

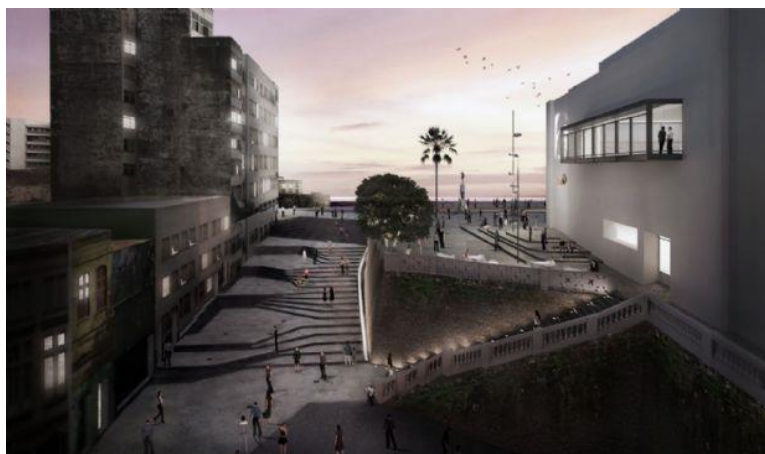
O projeto de requalificação da Ladeira da Barroquinha, em sua fase inicial, executado em maio de 2014, não previu rampa de acesso (Figura 2). Esse recurso foi introduzido posteriormente no projeto e ainda assim sem contemplar toda a ladeira. Em 2015 ocorreu uma nova intervenção no local, projetando um híbrido de escada com rampa na parte superior, formando um zig zag, que não oferece autonomia, nem de fato promove a acessibilidade (Figuras 3, 4 e 5).

Segundo a ABNT NBR 9050 as rampas devem possuir corrimão de duas alturas em cada lado, piso tátil, sinalização de degraus, em casos específicos elementos de segurança, como guarda-corpo e corrimãos, guias de balizamento. As rampas instaladas só atendem as normas técnicas no que diz respeito a largura e a área de descanso. No caso da primeira rampa projetada nem o piso respeita as regras de segurança, tendo em vista que é granito liso. A preocupação estética com a obra, ainda um grande problema da arquitetura.

Apesar da região ter passado por um recente processo de revitalização, não se investiu em acessibilidade. A Prefeitura do Município de Salvador travou e ganhou uma batalha com o

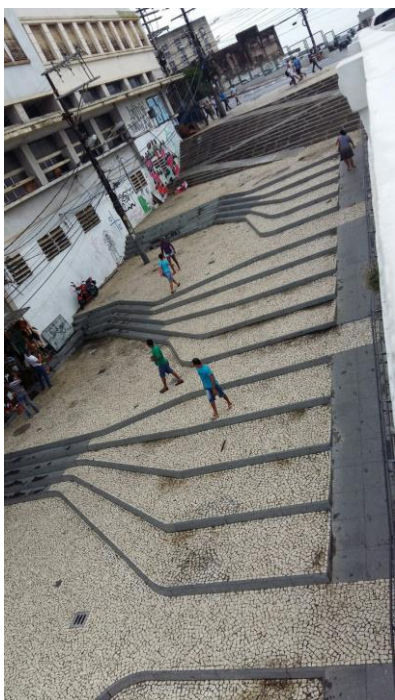
Ministério Público da Bahia sobre a acessibilidade dos prédios públicos e tem notificado proprietários de imóveis e condomínios a requalificarem suas calçadas, segundo a subgerente de fiscalização da Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município (Sucom) e coordenadora do programa, Ana Kelle Marques com o intuito de “promover uma maior acessibilidade e mobilidade”. Porém não tem seguido a mesma regra quando executa obras públicas ou em Parceria Público-Privada (PPP).

FIGURA 2 – VISTA AÉREA DA LADEIRA DA BARROQUINHA



Fonte: METRO Arquitetos Associados

FIGURAS 3, 4 e 5 – DEGRAUS, DECLIVES, RAMPA E SUPORTE PARA APOIO



Fonte: acervo pessoal

Sobre o Acesso ao Espaço Cultural da Barroquinha

O ECB foi concebido para deter o processo de degradação de parte do patrimônio arquitetônico de Salvador, objetivando também estimular a vocação cultural de Salvador. Ele é administrado pela Prefeitura Municipal de Salvador, estando diretamente ligado à Fundação Gregório de Matos e foi projetado para ser ponto de encontro entre artistas e o público interessados, respectivamente, na produção e na fruição da arte e da cultura. Espetáculos de teatro, música, dança são realizados nesse lugar que conta com uma estrutura composta por área de apresentações e platéia cuja capacidade é de cerca de 135 pessoas. Há ainda sala de administração, foyer, camarins com sanitários exclusivos, área para exposições, memorial e um cafeteria. (BAHIA, 2009).

Como a história local está relacionada com o sincretismo religioso que permeia toda cidade, a programação do ECB, segundo o seu diretor, Chicco Assis, está voltada para as culturas negras, e, leia-se aqui, ações voltadas para todos os segmentos culturais, não só para o tambor e a capoeira. No ano passado, por exemplo, segundo o diretor foram executados muitos projetos de literatura afro-brasileira.

Quando questionado sobre o aumento do público com deficiência e mobilidade reduzida ao espaço ele pontua que o espaço não recebe pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, tendo em vista que os únicos recursos de acessibilidade que a edificação possui são: uma rampa móvel metálica na entrada e um banheiro acessível. Se uma pessoa em cadeira de rodas for conversar com o diretor do espaço, por exemplo, não conseguirá falar, pois não há elevador para ela chegar a sua sala e a depender da configuração da montagem do espetáculo um cadeirante também não poderá participar, tem em vista que não há qualquer medida de acessibilidade na área destinada.

Considerações

Em âmbitos gerais a garantia do direito a cidade contribui para fortalecer os direitos culturais, o direito do indivíduo em exercer sua cidadania, que tantos autores abordam nos seus estudos de políticas culturais. O que se percebe em Salvador, é que mesmo depois de tantas intervenções e mesmo de aprovadas diversas legislações que garantem os direitos das pessoas com deficiência, como o direito acessibilidade e patrimônio histórico, não há uma preocupação da gestão municipal em executar obras que sejam de fato duradoras, sustentáveis e que encontre soluções para eliminação de barreiras, respeitando a diversidade humana e progredindo em direção à inclusão social dessas pessoas.

Usufruir da cidade é um direito de todos e precisamos progredir na questão do planejamento urbano, para que as cidades possam superar os obstáculos arquitetônicos e urbanísticos que há muito promovem a exclusão. As intervenções urbanas precisam ser

pensadas, repensadas e muito bem planejadas para evitar que além promover melhorias meramente estéticas, promovam melhorias que permitam uma ampla apropriação da cidade.

A partir das abordagens feitas ao longo do trabalho, notamos que todo o processo de requalificação que a cidade de Salvador passou ao longo de sua história pouco contribui para o pleno acesso das pessoas com deficiência, principalmente no entorno do ECB. Em tempos de avanços das legislações específicas para as pessoas com deficiência, que vem obtendo melhorias significativas no processo de inclusão, é preciso cobrar dos gestores públicos a aplicabilidade dos marcos legal existente. Não se pode retroceder nos direitos. Faz-se urgente repensar o processo de planejamento urbano.

Referências

ABNT. NBR9050/2004 (Revisada em 2015). Disponível em: < http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_164.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2016

ANDRADE, Adriano Bittencourt. BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. Geografia de Salvador. 2 ed. – Salvador: EDUFBA, 2009.

BAHIA. Espaço Cultural da Barroquinha. Fundação Gregório de Matos. Disponível em: <http://www.culturafgm.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=12&Itemid=5>. Acesso em: 02 abr. 2016.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 26 mar. 2016.

_____. Decreto nº 25/1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm>. Acesso em: 02 abr. 2016.

_____. Decreto nº 5.296/2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 02 abr. 2016.

_____. Decreto nº 6.949/2009. Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 02 abr. 2016.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 02 abr. 2016.

_____. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei nº 13.146/2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 02 abr. 2016.

_____. Estatuto do Idoso, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm>.

_____. Instrução Normativa nº 1/2003. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=75637>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

_____. Lei nº 10.098/2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>. Acesso em: 31 mar. 2016.

_____. Lei nº 12.587/2012 – Política Nacional de Mobilidade Urbana. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12587.htm>. Acesso em: 02 abr. 2016.

_____. Metas do Plano Nacional de Cultura, 2011. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10883/11294/METAS_PNC_final.pdf/>. Acesso em: 01 abr. 2016.

COELHO, Teixeira (org.) A Cultura pela cidade. São Paulo: Iluminuras, Itaú Cultural, 2008.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. O direito à memória: análise dos princípios constitucionais da política de patrimônio cultural no Brasil (1988- 2010). s/d. Disponível em: <file:///C:/Users/u/Documents/ORIENTA%C3%87%C3%95ES/CEC%C3%8DLIA/FCRB_JoseRicardoFernandes_O_direito_a_memoria%20-%20patrimonio.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2016.

FERREIRA, Oscar Luis. Patrimônio Cultural e Acessibilidade. 2011. (Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, UNB). Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/9381>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

FERRO, Sandra Regina Oliveira Passos de B; FONSECA, Vânia. Direito Social a mobilidade urbana: análise do ambiente construído do usuário do transporte público da cidade de Aracaju-SE., s/d. Disponível em: <<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=753069c8736ffb84>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

HARVEY, David. O Direito à Cidade. In: Revista Lutas Sociais, 2012. Disponível em: <<http://www4.pucsp.br/neils/downloads/neils-revista-29-port/david-harvey.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

LEFEBVRE, Henri. O direito a cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

MAZZOTTA, M. J. S.; D'ANTINO, M. E. F. Inclusão Social de Pessoas com Deficiências e Necessidades Especiais: Cultura, Educação e Lazer. Saúde Soc. v. 20, n.2, p. 377-389, 2011.

METRO. LADEIRA DA BARROQUINHA – Salvador-Bahia. In: Info Notícias Projeto, 2013. Disponível em: <<http://www.metroo.com.br/projects/view/82/3>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

PENA, João Soares. Cinemas de Salvador: apogeu e decadência dos cinemas de rua. In: O Olho da História, 2012. Disponível em: <http://oolhodahistoria.org/n18/artigos/joao_pena.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2016.

SANTOS, Paulo Roberto Neves. Intervenções Urbanísticas em Salvador e o Direito à Cidade das Pessoas com Deficiência: O caso da Avenida Centenário., 2012. Disponível em:

<http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/13073/3/Dissertac%CC%A7a%CC%83o_Paulo%20Roberto%20Neves%20Santos.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2016.

SILVEIRA, Renato da. O candomblé da Barroquinha: processo de constituição do primeiro terreiro baiano de keto. Salvador: Maianga, 2006

SOARES, Antonio Mateus de C. Cidade revelada: pobreza urbana em Salvador-BA, 2009. Disponível em: <<http://www.cantacantos.com.br/revista/index.php/geografias/article/viewFile/86/84>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

UNESCO. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2016.